"SAIR DO ARMÁRIO PODE SER PERIGOSO": ESTIGMAS E REPRESENTAÇÕES DAS HOMOSSEXUALIDADES NA MÍDIA PARAENSE NOS ANOS 1990

"SALIR DEL CLÓSET PUEDE SER PELIGROSO": ESTIGMAS Y REPRESENTACIONES DE LAS HOMOSEXUALIDADES EN LOS MEDIOS PARAENSES EN LOS AÑOS 1990

Alana Albuquerque de Castro[1]

Resumo: o presente artigo busca analisar reportagens da imprensa paraense dos anos 1990, nos jornais A Província do Pará, Diário do Pará e O Liberal, que abordam a homossexualidade em diferentes perspectivas discursivas. O objetivo é compreender como essas matérias ajudaram a construir sentidos sobre corpos dissidentes em meio a disputas políticas, morais e sociais. A partir de reportagens que tratam do "crescimento" da homossexualidade, da patologização promovida por profissionais da psicologia e da criação de um "Dia do Orgulho Gay", busca-se mapear os enquadramentos e contradições presentes na cobertura midiática da época. O artigo também aponta como essas narrativas foram atravessadas pela epidemia de AIDS e suas implicações na produção de estigmas. Utilizando o conceito de Representação de Roger Chartier, pretendemos entender o papel da imprensa na construção desses estereótipos ligados às sexualidades dissidentes. A análise evidencia que, apesar de certa visibilidade, os discursos veiculados na mídia regional ainda operavam majoritariamente por meio da ironia, de preconcepções e da espetacularização da diferença, revelando os limites da liberdade sexual no contexto amazônico da década de 1990.
Palavras-chave: homossexualidades, mídia, discursos, sexualidade.

Resumen: este artículo analiza reportajes de la prensa paraense de los años 1990, publicados en los periódicos A Província do Pará, Diário do Pará y O Liberal, que abordan la homosexualidad desde diversas perspectivas discursivas. El objetivo es comprender cómo estas noticias contribuyeron a construir significados sobre cuerpos disidentes en medio de disputas políticas, morales y sociales. A partir de reportajes que tratan sobre el "crecimiento" de la homosexualidad, la patologización promovida por profesionales de la psicología y la creación de un "Día del Orgullo Gay", se busca mapear los encuadres y contradicciones presentes en la cobertura mediática de la época. El artículo también señala cómo estas narrativas fueron atravesadas por la epidemia del SIDA y sus implicaciones en la producción de estigmas. Utilizando el concepto de representación de Roger Chartier, se pretende entender el papel de la prensa en la construcción de estos estereotipos ligados a las sexualidades disidentes. El análisis evidencia que, a pesar de cierta visibilidad, los discursos difundidos en los medios regionales aún operaban mayoritariamente mediante la ironía, preconcepciones y la espectacularización de la diferencia, revelando los límites de la libertad sexual en el contexto amazónico de la década de 1990.
Palabras clave: homosexualidades, medios de comunicación, discurso, sexualidad.

1 INTRODUÇÃO

As reportagens publicadas pela imprensa paraense nos anos 1990 sobre homossexualidade não são apenas registros do passado. Elas revelam os sentidos que circulavam socialmente, os medos que ganhavam forma e as formas pelas quais a homossexualidade era enquadrada: ora como ameaça, ora como doença, ora como fenômeno social crescente, ora como algo a ser corrigido, controlado ou combatido. São esses discursos que pretendemos abordar neste trabalho. Mais do que uma simples

[1]Historiadora, Mestre e Doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora dos campos Ditadura, Gênero e Sexualidades. Faz parte do grupo de pesquisa de família, população, migração e gênero (RUMA-UFPA) e do GT de gênero da Anpuh/PA.

curiosidade de época, essas matérias mostram como a mídia ajudava a produzir uma certa imagem da população LGBTQIAPN+ naquele momento — e como essa imagem se alimentava de disputas mais amplas sobre moral, política, saúde e visibilidade.

Este artigo parte da análise de reportagens veiculadas na imprensa paraense, nos jornais de grande circulação, A Província do Pará, O Liberal e Diário do Pará, entre o início e o fim da década de 90. São reportagens que abordam de forma ampla as questões que rondavam o período: do "aumento" da população homossexual, de projetos de lei que contemplassem a "cidadania gay" e o dia do Orgulho Gay, de declarações de psicólogos sobre o que seria ou não "normal", até matérias que tratam a homossexualidade como culpada na disseminação do vírus do HIV/AIDS. Falas essas que trazem um eixo importante da construção do "corpo homossexual" como um corpo marcado pelo risco e frequentemente vistos como doentes.

Cabe destacar que o jornal é uma importante fonte histórica. Ele não só é um forte meio de comunicação, mas participa das disputas políticas e sociais do tempo em que se mantém em circulação, e traz aos seus leitores informações das mais variadas perspectivas. O discurso jornalístico nos mostra escolhas, silêncios e formas específicas de narrar o que se entende como digno de atenção pública. Cabe ao historiador ler essas camadas, entender o que está sendo dito, como está sendo dito, e principalmente o que ficou de fora. Como aponta Tânia de Luca (2008), a imprensa organiza e apresenta os fatos de maneira intencional, de acordo com critérios próprios de seleção e visibilidade. O historiador, ao lidar com esse tipo de fonte, precisa tensionar essa narrativa, evitando uma leitura direta entre acontecimento e relato. Afinal, jornais e revistas também operam dentro de interesses — são empresas, com suas linhas editoriais e posicionamentos. Roger Chartier (2002) lembra que toda representação carrega o ponto de vista de quem a produz. Por isso, mais do que buscar uma suposta verdade nos jornais, é preciso entender o que eles revelam das disputas do tempo. As reportagens não são espelhos do real, mas rastros. E como diz Carlo Ginzburg (2003), nosso trabalho como historiadores é ler esses rastros com atenção, sabendo que toda fonte é parcial, atravessada por relações de poder e pelas condições que definem o que pode ou não virar documento.

O interesse principal é observar nessas reportagens não só o que elas dizem, mas como dizem. O que consideram digno de notícia? Que termos escolhem? Que silêncios carregam? A análise presente não pretende responder todas as dúvidas e lacunas, mas abrir caminhos para pensar como os discursos sobre homossexualidade foram construídos na mídia regional, num momento em que o Brasil ainda engatinhava nas discussões públicas sobre diversidade sexual — e em que o preconceito ainda tinha muito mais espaço do que qualquer tentativa de reconhecimento.

2 VETORES DE TRANSMISSÃO: A MARCA DA AIDS NA IMPRENSA PARAENSE

A *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS)[2], começou a ganhar destaque no mundo quando os primeiros casos surgiram nos EUA no início dos anos 1980[3]. Nesse primeiro momento, pouco se sabia sobre a doença e ela imediatamente passou a ser relacionada aos homens gays. Segundo, Almeida (2008), o The New York Times foi o primeiro jornal a noticiar a AIDS em suas páginas, em julho de 1981, afirmando que um "Câncer raro é encontrado em 41 homossexuais." Nesse período a doença ainda não havia sido diagnosticada pelos cientistas, portanto, as manchetes noticiavam que homens gays estariam morrendo em decorrência de um câncer misterioso. Segundo a autora, a reportagem também fala sobre como apenas homens gays estavam morrendo e um médico que dá o seu parecer a respeito, fala que pessoas "não-homossexuais" não precisam se preocupar, já que nenhum caso entre heterossexuais havia sido registrado, além de enfatizarem que os pacientes homossexuais haviam sido registrados com outras doenças sexualmente transmissíveis. Como afirmam Daniel e Parker (2018):

> Durante os primeiros anos da epidemia, foram talvez, acima de tudo, as características percebidas nos primeiros doentes de Aids que dominou a atenção pública. No Brasil, como nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, a vasta maioria dos primeiros doentes de Aids foram identificados como homossexuais masculinos, muitos dos quais viveram muito tempo fora do Brasil ou viajando para fora do país, e por causa disso supunha-se que teriam contraído o vírus em outros países. (...) Talvez ainda seja mais importante o fato de terem sido caracterizados, quase uniformemente, em termos de conduta sexual promíscua – uma espécie de perigosa imoralidade que rapidamente se tornou central na concepção popular da Aids (Daniel; Parker, 1991, p. 9).

Neste processo, a mídia teve um papel fundamental, além dos discursos médico-legais, em classificar tanto os homens gays, quanto outras minorias como prostitutas, bissexuais e usuários de drogas como pertencentes a uma categoria intitulada "grupo de risco". Em 1983 quando o primeiro caso surge no Brasil, é o caso de um homem gay, morador do estado de São Paulo, o que fortaleceu os discursos que já vinham sendo propagados de que seria uma doença de homossexuais, um "câncer gay". E, portanto, nem todos poderiam contrair a doença. Como afirma Silva (2007):

> A Epidemiologia foi uma das grandes responsáveis por categorizar o chamado "grupo de risco". Neste sentido possibilitou que "o olhar médico se voltasse uma vez mais sobre determinadas sexualidades, justamente aquelas que têm sido historicamente

[2] Sigla em inglês, que significa síndrome da imunodeficiência adquirida.

[3] Oficialmente, pode-se dizer que a Aids foi descoberta em 1981, quando comprovou-se que a ocorrência de casos de Sarcoma de Kaposi e pneumonia entre grupos de homossexuais norte-americanos eram, na realidade, doenças oportunistas agravadas pela presença de um vírus, até então desconhecido pela ciência, naquele organismo (Almeida, 2008, p. 45).

> classificadas como desviantes, promíscuas e perigosas (Silva, 2007, p. 129).

Esses discursos proferidos pela imprensa, a partir dos discursos médico-legais e religiosos, criam uma população amedrontada, despertando no senso comum a ideia de um homossexual perigoso, contagioso e pecaminoso. De acordo com Foucault (2003):

> Os discursos morais sobre o "mal sexo" ganhavam uma roupagem científica, agora que a homossexualidade, sobretudo a masculina, podia ser repatologizada em outros termos através de uma doença que chegou a ser anunciada como "o câncer gay". Quando a aids ganhou, enfim, sua etiologia, esta veio fortemente associada aos homossexuais e às suas práticas eróticas, somando-se a já então longa história de patologização de determinadas sexualidades (Foucault, 2003).

Mas e qual papel teria o "senso comum" nessa perpetuação dos discursos estigmatizantes[4] sobre a AIDS? Precisamos a princípio falar do homossexual como sendo visto como imoral, em uma sociedade que prezava acima de tudo pela moralidade, são anos pós ditadura, onde as sexualidades dissidentes já eram enquadradas em um patamar de subversão, ora por sua "liberdade sexual", ora por sua orientação sexual.

As homossexualidades são marginalizadas há séculos, como nos explica Michel Foucault (1988), a medicina buscava nos estudos, encontrar expressões de patologias que eram consideradas inapropriadas. Trazendo assim, controles pedagógicos e tratamentos médicos em torno de qualquer identidade sexual que fosse considerada "imprópria", os moralistas e os médicos trouxeram a abominação. Tornou- se um controle de população, não se pretendia apenas uma sociedade sexualmente relevante economicamente, com fins reprodutivos, mas que ela estivesse ligada à política conservadora. O foco era, sobretudo, nas "sexualidades periféricas", que saíam do padrão da normatividade e do que se esperava de um casal heterossexual, que tinham fins de reprodução. De acordo com o autor, a homossexualidade torna-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Como também contribui Miskolci (2007):

> Por trás dos temores de degeneração sexual residia o medo de transformações profundas em instituições como a família. Considerava-se que a então chamada "inversão sexual" constituía uma ameaça múltipla: à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre o homem e a mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da

[4] Aqui utilizaremos o conceito de estigma de Goffman (1963), que se refere aos processos sociais de desvalorização e discriminação que certos indivíduos sofrem devido a características que os afastam das normas socialmente aceitas, levando-os a uma identidade deteriorada e à marginalização.

> moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo (Miskolci, 2007, p. 105).

Podemos perceber que esse "controle" social e moral em torno de sexualidades lidas como periféricas não era algo próprio da década de 1980, mas foi construído com o passar dos séculos, entretanto, era sempre fortificado de alguma maneira pela mídia, pelos médicos e pela igreja. De acordo com Sterling (2002), ao falarmos de sexualidade humana, precisamos de um conceito material, entretanto, este conceito já nos chega contaminado, por ideias pré-existentes sobre a diferença sexual. De acordo com Butler (2015) precisamos olhar para o corpo como sendo um sistema que produz significados sociais, e que também é produzido por eles, assim como qualquer organismo biológico, sempre é resultado de ações combinadas com natureza e criação.

Nesse sentido, a mídia ocupa um papel crucial na propagação e circulação desses significados, operando como uma engrenagem potente na construção de sentidos sobre o corpo e a sexualidade. Para além do papel de informar, prescreve, reforça e legitima determinadas normas sociais, e no caso da AIDS, vem muitas vezes ancoradas em discursos médicos e religiosos. Como afirma Vitello (2009):

> Pela análise da imprensa escrita, percebemos que o imaginário social referente à Aids foi construído a partir do conhecimento médico-científico e amplamente divulgado pelos jornais e revistas no Brasil. A sociedade civil respondeu a esses preconceitos que acompanhavam a enfermidade, de acordo com o que estava sendo passado por tais veículos de comunicação, além de procurar se informar do que se tratava essa nova doença e de que forma poderia se prevenir contra ela (Vitiello, 2009, p. 21).

Podemos perceber o papel que a mídia desempenha na construção de um imaginário social, também na fala de Gama e Dadalto (2009):

> Ao mesmo tempo em que protagoniza diversos acontecimentos no mundo real, o sujeito também é o receptor e ressignifica estes fatos produzidos pelos veículos de comunicação, o que possibilita a caracterização da notícia como uma construção social. O caráter de construção social da notícia é, assim, justificado pela vigência das circunstâncias objetivas e, sobretudo, das influências subjetivas do cotidiano de diversos membros da sociedade no processo de produção das informações (Gama; Dedalto, 2009, p. 3).

A mídia paraense, mais especificamente, acaba refletindo e amplificando essas moralidades, tornando-se um canal por onde o preconceito se disfarça de opinião ou de

alerta público. Criando muitas vezes um "pânico moral" naqueles que liam as páginas desses periódicos. É o que podemos observar em reportagens como a que será analisada a seguir.

> Nair Klabin, coordenadora do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, declarou ontem que o Brasil atingiu o nível máximo da epidemia de AIDS. Segundo ela, o quadro agora é semelhante ao dos EUA em 1988, dois anos depois de o país ter atingido o pico da epidemia. A declaração foi feita durante o I Simpósio Internacional sobre AIDS e a Realidade Brasileira, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos em AIDS, em parceria com o Ministério da Saúde. Segundo Nair, o crescimento da epidemia no Brasil tem sido preocupante: "Só agora estamos começando a sentir o impacto real do avanço da doença. Até o ano passado, o Brasil tinha 14 mil casos registrados. Hoje são mais de 20 mil". Um estudo apresentado no simpósio revelou que o número de infectados por HIV no Brasil pode ser muito maior do que se pensa. A subnotificação e a dificuldade no acesso a testes são alguns dos fatores apontados."O maior número de infectados está nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas o Norte e o Nordeste já apresentam aumento significativo nos casos", alertou a coordenadora. Nair também destacou o crescimento entre mulheres e heterossexuais, mas reafirmou que a população homossexual ainda representa o grupo de maior vulnerabilidade, junto a usuários de drogas injetáveis. A coordenadora lembrou que, se o Brasil seguir o padrão norte-americano, os próximos cinco anos devem apresentar queda nos casos, o que significaria que o país estaria superando o pico da epidemia (O Liberal, 1990, p. 10).

A matéria acima, do jornal O Liberal, se ancora na fala de especialistas e apresenta números dando uma aparência de neutralidade, mas ao observarmos como os dados são distribuídos, notamos que nada é tão neutro assim. Ao ressaltar a ideia de "grupo de maior vulnerabilidade" para os homossexuais, reforça a noção de que de fato existe uma ligação entre orientação sexual e a doença. Embora abordem o crescimento da epidemia entre mulheres heterossexuais, a matéria parece tratar como novidade, reforçando que a homossexualidade seria a origem da epidemia. Além do silenciamento sobre medidas de prevenção para populações marginalizadas e não há críticas ao acesso desigual aos testes. O que nos mostra, que mesmo reportagens que possam aparentar neutralidade e apenas repasse de informações, podem contribuir para os pré-conceitos já existentes. Já a reportagem abaixo, do Diário do Pará, do ano de 1994, não usa de nenhuma neutralidade ao expor determinadas concepções.

> O governo Clinton lançou comerciais sugerindo o uso de camisas-de-vênus como prevenção da AIDS. Os comerciais soariam idiotas ao desenho animado, idiotas, se camisinhas andassem, engatinhadas... A principal cena é de uma jovem bonita com um rapaz, lindos, ansiosos pela consumação, mas, como se vê, ela se nega ao amor preventivo. Não há menção de que a AIDS, contraída por ato sexual, sempre é passada por alguém que cometeu ou se submeteu à sodomia masculina. Ou seja, se contagiada heterossexualmente é porque o homem traz o vírus de

> atos sexuais prévios com sodomitas. Só nesses casos é que mulher pega. No mundo de hoje, talvez esteja criado a necessidade desse brevíssimo contra a luxúria, que é o uso do preventivo, porque não se sabe quem dormiu com quem, porque supostamente houve uma revolução sexual que tornou permissível e até moda a promiscuidade. Ainda assim, um governo responsável anunciaria os perigos da sodomia entre homens. Não se pode subestimar a ignorância vigente. Nas grandes cidades há milhares de jovens tentando a vida, que, por ganho material, se deixam seduzir pela sodomia masculina. É em geral gente pobre e iletrada. É quem deveria ser avisada por quem nos governa (Diário do Pará, 1994, p. 2).

O texto acima é marcado por um discurso moralizante, homofóbico, elitista e higienista. A matéria não apenas culpabiliza o "ato da sodomia" como foco exclusivo de contaminação pelo HIV, como desresponsabiliza relações heterossexuais e naturaliza o homem heterossexual como transmissor, disseminando a ideia de que o contágio só ocorre porque esses mesmos homens tiveram relações "sodomíticas", isso implica que o corpo gay é o lugar de origem do vírus e que os demais são vítimas secundárias. Outro ponto é que jovens pobres são descritos como ignorantes, vulneráveis e passíveis de "sedução" por práticas sexuais "desviantes". O texto tenta associar a promiscuidade, a pobreza e a falta de instrução à homossexualidade. Além de insinuar que a "luxúria" e a "revolução sexual" trouxeram a promiscuidade para a moda, criando uma lógica de punição moral, fazendo com que o uso da camisinha não seja visto como medida preventiva, mas como consequência da permissividade.

Os discursos proferidos pela Igreja, mostram exatamente esse incômodo a respeito de práticas não-heterossexuais, que afetavam as campanhas de prevenção e contribuíam para uma visão negativa e punitiva sobre a doença. De acordo com Lemos (2010), "os discursos da Igreja Católica sobre a AIDS seguem a lógica de sua concepção negativa da sexualidade, podendo com isso prejudicar as campanhas de divulgação de métodos de prevenção do vírus HIV." (Lemos, 2010, p. 263). Como nos mostra o trecho da notícia a seguir: "Sua santidade (o papa), manifestou solidariedade com os doentes, mas condenou o comportamento sexual que facilita o contágio, além de condenar o uso de preservativos como meio de evitar a doença." (Diário do Pará, 1990, p. 8). Essa fala do papa João Paulo II, condensa de forma clara o cruzamento entre discurso religioso, moral sexual e controle sobre os corpos.

Ao manifestar "solidariedade" com os doentes, o papa cumpre seu papel simbólico de compaixão cristã, mas logo em seguida essa empatia é substituída por uma condenação moral que recai justamente sobre as práticas sexuais associadas à transmissão do HIV – práticas essas frequentemente ligadas à homossexualidade masculina, à prostituição ou à promiscuidade, segundo os moldes do discurso religioso conservador. Ao condenar o uso do preservativo, o papa não apenas reforça o dogma católico que associa sexo à reprodução,

mas também se opõe publicamente a uma das maiores medidas de saúde pública no combate à AIDS – a camisinha -. É importante observar como o jornal *Diário do Pará*, reproduz esse discurso sem tencioná-lo ou problematizá-lo. A notícia, ao relatar a fala papal, não a contrapõe em nenhum momento, o que revela novamente como a imprensa também atua como canal de disseminação de normas morais e sexuais. Essa neutralidade aparente, na prática, reforça um modelo de sexualidade hegemônico e silencia outras formas de viver e compreender o corpo.

De acordo com Santos (2019), o Diário do Pará frequentemente retratava a epidemia como algo distante e sob controle, alimentando uma falsa sensação de segurança na população local. De acordo com o autor, essa estratégia discursiva projetava a AIDS como uma ameaça externa, vinculada a outros espaços — outras cidades, outros corpos, outros modos de vida. O autor cita Daniel e Parker, e essa construção do "outro" como portador da doença foi uma marca da cobertura da epidemia em diversas regiões do Brasil. Em Belém, o "outro" era o resto do país. Essa tentativa de distanciamento aparece de forma ainda mais explícita quando o jornal recorre a especialistas para legitimar discursos que minimizam os riscos da doença. É o caso da reportagem a seguir, publicada em 1990.

> Para o respeitado ginecologista e obstetra Furtado de Melo, a Aids é uma doença muito antiga. E só teria exacerbado como epidemia mundial pela enorme carência imunológica que a camisinha criou. Ele explica ainda que um organismo forte mesmo contraindo o vírus da doença, resiste ao mesmo. Furtado acha que todas as pessoas mortas pela Aids tinham deficiência imunológica. Um assunto muito polêmico (Diário do Pará, 1990, p. 7).

Na reportagem acima, o ginecologista Furtado de Melo afirma que a AIDS teria se disseminado não pelo vírus em si, mas por uma suposta "carência imunológica que a camisinha criou". A declaração desconsidera completamente o consenso científico já estabelecido à época sobre a importância do preservativo na prevenção do HIV. Ao contrário de informar corretamente, a fala reforça desinformações perigosas, sustentadas por uma lógica moralista que responsabiliza os indivíduos HIV+ pela própria doença, ao atribuí-la à uma possível "fraqueza" de seus corpos.

Nesse caso, o Diário do Pará não só mantém o discurso de afastamento da AIDS como também se alinha a posicionamentos que comprometem diretamente as estratégias de enfrentamento à epidemia. A figura do especialista é usada para validar concepções que vão na contramão das políticas de saúde pública, produzindo um efeito que reforça o estigma e contribui para a negligência do problema no contexto local. Assim, a narrativa de "controle" se combina com um discurso de culpabilização, no qual o corpo infectado é visto como desviado, frágil ou moralmente condenável. Esse tipo de notícia, fornece desinformação e

pode cooperar com a resistência à adoção de medidas preventivas e de tratamento, por causar a falsa sensação nas camadas da sociedade que se acreditavam "praticantes do bom sexo", que elas estariam protegidas. De acordo com Gayle (2012), "A condenação psiquiátrica de comportamentos sexuais (...) são difamadas como doenças mentais ou sintomas de uma integração defeituosa da personalidade" (Gayle, 2012, p. 17). Como nos fala Sterling (2002), os discursos médicos ao assumirem a precedência do normal em detrimento do natural, também contribuíram para a existência de uma biopolítica populacional. E a autora parafraseia Foucault, dizendo que nos tornamos "uma sociedade da normalização" (Sterling, 2002, p. 46).

Podemos perceber nos discursos jornalísticos sobre HIV/AIDS nos anos 1990, nos mostram um esforço constante em manter a doença à margem – tanto geograficamente quanto simbolicamente. A junção entre desinformação, moralização e responsabilização individual contribuíram para a construção de que corpos gays como vetores de transmissão. Entretanto, ressalto que esses indivíduos não permaneceram as margens da sociedade, nesse contexto de epidemia, propostas como a criação do dia municipal do "Dia do Orgulho Gay" emergem como tentativas de resistência a marginalização imposta. Se por um lado, o corpo homossexual é marcado pela doença, pelo estigma e pelo medo, por outro, se articulava na luta em torno da visibilidade e do respeito.

3 "CIDADANIA GAY": ENTRE O ESTIGMA E A VISIBILIDADE

Na segunda metade dos anos 1990, de acordo com o Ministério da Saúde (2005) o cenário em torno da AIDS começou a mudar com a popularização do uso dos coquetéis antirretrovirais, que logo mostraram sua eficácia e a criação de políticas públicas mais estruturadas no Brasil que contaram com o apoio de ONGS como o GAPA, e em Belém, como o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), o grupo PARAVIDDA e o Movimento Homossexual de Belém (MHB), com a distribuição gratuita de preservativos e dos medicamentos pelo SUS. Essa nova etapa da epidemia trouxe algum respiro para as pessoas vivendo com HIV e abriu espaço para a reorganização de movimentos LGBTQIA+ em várias partes do país que, de acordo com Fachinni (2003), ficaram desestruturados durante os anos mais violentos da epidemia. De acordo com Miskolci (2007), "Em toda parte, com variações e particularidades em cada país, os movimentos se reorganizaram de forma mais institucionalizada e centrada na luta por direitos civis." (Miskolci, 2007, p. 108)

Em Belém, o Movimento Homossexual mostrava sinais importantes de articulação. De acordo com Castro (2022), os primeiros indícios de organização gay na cidade datam do final dos anos 1970, com a criação da Associação Gay de Belém. Esse processo de mobilização ganha fôlego nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1990, como apontam os trabalhos de Gotijo e Franco (2015) e o de Rozário (2016), que analisam a

atuação política e cultural do movimento gay paraense nesse período. Como aponta Rozário (2016):

> Destaca-se, a partir da década de 1990, uma efervescência do movimento LGBT, isto é, apresenta-se ao cenário de um Estado democrático. Essas manifestações passam a expandir-se em todo Brasil e surge um movimento heterogêneo, cuja diversidade baseia-se na pluralidade intrínseca ao LGBT. Surgem, ainda, Associações que se apoiam na própria diversidade homoafetiva, segmentando e fortalecendo as bandeiras de luta (Rozário, 2016, p. 13).

É nesse contexto de resistência, efervescência e manifestações públicas que algumas reportagens começam a noticiar pautas ligadas à cidadania LGBTQIA+, como o direito à visibilidade, à existência e ao reconhecimento institucional. Miskolci (2011), afirma que o sucesso das políticas públicas em relação ao HIV/AIDS, deu espaço para que novas discussões aparecessem.

> A mudança na relação com o Estado deriva da ampliação do leque de demandas sociais, as quais o movimento tem tentado incorporar, mas também começam a ser ouvidas por outros canais. Devido ao relativo sucesso das políticas públicas voltadas para as DST/Aids, as demandas sociais, felizmente, não se voltam mais apenas para a área de saúde e ganham cada vez mais espaço em políticas na área de educação, cultura e, por fim, mas não por menos, nas demandas de reconhecimento de direitos (Miskolci, 2011, p. 47).

Ainda assim, mesmo com a presença desses indivíduos nos jornais não apenas fazendo relação a epidemia, o estigma permanece como uma marca persistente, atravessando as formas de representação e as molduras discursivas que a imprensa utiliza para dar lugar — ou limitar — essas vozes. Podemos perceber o aumento nas discussões em torno da "visibilidade gay", com a reportagem abaixo, do ano de 1997, no jornal A Província do Pará.

> Lá vem o tal do Kaveira de novo... Desta vez, o excêntrico vereador adepto da bigamia e do naturismo vai tentar implacar na Câmara municipal uma lei que institui a data 26 de julho como o "Dia Municipal Do Orgulho Gay". O projeto já está pronto e vai ser apresentado na sessão de amanhã. Drag Queens, homossexuais masculinos e femininos já estão eufóricos e jogando plumas para o alto, comemorando desde já a iniciativa. A ideia do projeto nasceu, segundo o vereador, da necessidade de conscientizar a juventude de que o homossexual é um cidadão com direitos e deveres com a sociedade e vice-versa. "Há séculos os gays estão sendo discriminados. Não há mais como ignorar tanto homossexual. Vários deles ocupam posição de destaque na área que atuam", discursa Kaveira. Pelo texto do projeto de lei, o líder do PL na Câmara vai mobilizar uma grande passeata para o

> próximo dia 26 de julho. Mas antes, no inicio de 1998, haverá uma amostra grátis desse movimento. Travestis, gays, lésbicas e simpatizantes vão percorrer a avenida Presidente Vargas do início ao fim, com bandeiras e carro som em um alegre cortejo. Kaveira avisa que essa passeata será "uma boa oportunidade para os chamados 'enrustidos' saírem de dentro do armário e mostrarem a cara na rua". A passeata cor de rosa será similar ao que já ocorre no Rio de Janeiro, que por sua vez, clonada de Nova Iorque, onde décadas atrás houve um massacre de gays no Stonewall Bar. Mas a polêmica maior não é a caminhada gay. Kaveira pretende tornar ponto facultativo municipal no dia 26 de julho para que funcionários públicos gays possam comemorar seu dia sem prejuízo no contracheque. O ponto facultativo também serviria para quebrar o tabu do preconceito. Nas repartições públicas, por exemplo, o funcionário poderá assumir sua homossexualidade, apenas faltando o trabalho no Dia dos Gays. "Os homossexuais assumidos vivem bem melhor dos que escondem sua condição gay", teoriza o vereador (A Província do Pará, 1997, p. 6).

Desde o título "Câmara vai discutir cidadania gay", há uma tensão entre a formalidade institucional e um tom abertamente debochado. A forma como o texto se refere ao vereador Kaveira e ao movimento gay, já marca uma intenção de ridicularizar o tema. "Lá vem o tal do Kaveira de novo..." "*Drag Queens*, homossexuais masculinos e femininos já estão eufóricos e jogando plumas pro alto". Esse tipo de linguagem passa longe da neutralidade, ainda que estejam dando visibilidade ao projeto, o tom da reportagem é carnavalesco e performático, transformando uma pauta política em espetáculo. Existe uma exotização dos corpos dissidentes, concedendo espaço desde que seja dentro do estereótipo de "bicha alegre e espalhafatosa", principalmente ao tratar a passeata como algo colorido, caricato, despolitizando a pauta e tratando como mero entretenimento. Irigay, Saraiva e Carrieri (2010), falam de como é comum que heterossexuais tratem homossexuais como alvos potenciais de piadas. Ao trazerem a fala de um interlocutor, sobre como era a convivência no trabalho com homens gays e lésbicas, os autores apontam:

> Este interlocutor explicitou os estereótipos existentes acerca dos homens e mulheres homossexuais. Os gays são meninos, associados ao bom humor, o que lhes confere representações positivas (seleções lexicais: mais divertidos, bem-humorados, bem arrumados, bem vestidos, sempre te tratam bem, se você estiver de baixo astral é só conversar com um gay por 5 minutos, eles são muito engraçados). De certa forma, há representações de positividade nos gays, as quais aparentemente precisam ser apresentadas por eles para que sejam socialmente aceitos (Irigay; Saraiva; Carrieri, 2010, p. 896).

Portanto, o gay só seria visto e ouvido e principalmente aceito, se estivesse dentro dos estereótipos de "gay positivo" exatamente como ocorre na reportagem analisada, onde a espetacularização é a intenção principal. Os autores ainda apontam que o humor cria uma camada de tolerância, "burlando políticas organizacionais, e colocando as críticas dentro de margens aceitáveis, as do riso" (Irigay; Saraiva; Carrieri, 2010, p. 899).

FIGURA 1 – “Kaveira com sua trupe”.



Fonte: A Província do Pará (1997)

Na imagem acima, localizada no centro da reportagem, vemos Kaveira cercado por pessoas *queer*[5], parece desafiar as normas e o preconceito existente. Entretanto, ao relacionarmos com todo o tom utilizado nos textos, percebemos a intenção de retratar indivíduos dissidentes de forma estereotipada que impossibilita uma visão ampla sobre a população LGBT+, os resumindo ao estereótipo de “poder alegre”.

> Muito Barulho
> No dia em que o polemico projeto for votado na tribuna da câmara, vários grupos e associações de homossexuais vão para a rua fazer muito barulho. As Drag Queens da trupe de Kaveira, inclusive seu assessor de gabinete M.H.P.S., mais conhecido no universo gay como Jimmy Cliff, estarão fazendo performances na galeria do plenário. “Estarei lá, linda, radiante e maravilhosa”, avisa Cliff. Do lado de fora da Câmara também haverá mobilização para pressionar os vereadores a votarem a favor do projeto Kaveira. “Eu sempre tive a simpatia das bichas. Minha esposa foi escolhida duas vezes madrinha dos gays da cidade. Como tenho

[5] *Queer* é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags* (Louro, 2004, p. 90).

> "presença" sou muito assediado por homossexuais. Adoro a companhia deles. Só não gosto de bichas pererecas. Tenho preferência pelas glamurosas." Conta Kaveira. Por outro lado, o vereador garante que é heterossexual, embora já tenha idoao motel com outro homem. "Tinha 11 anos, mas não rolou nada. Foi até traumatizante para mim. Criou-se uma espécie de bloqueio", revela. No entanto, Kaveira não descarta a possibilidade de um dia virar gay. "Se no futuro eu achar que uma relação homossexual pode me dar prazer, não pensarei duas vezes antes de encarar. Isso porque o prazer tem que ser buscado incansavelmente, independente da forma", filosofa. Se emplacar na Câmara, o "Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay", em Belém vai dar o que falar. Pelo projeto inicial haverá palestras sobre a homossexualidade em vários bairros da cidade, além de seminários, workshops, debates em mesas redondas, exibição de filmes que tratem do assunto e espaços culturais com exposições de artistas gays. "Vamos discutir mais abertamente a questão. Os gays não estão só na casa do vizinho. As pessoas vão passar a prestar mais atenção no homossexual que tem dentro de casa", avisa Kaveira (A Província do Pará, 1997, p. 6).

A segunda parte da reportagem, nos mostra que Kaveira se torna uma espécie de "porta voz" tolerável do movimento, pois embora o defenda, também afirma sua heterossexualidade, fazendo com que ele possa abordar o tema falando a partir do privilégio da masculinidade heterossexual, onde ele pode falar o que quiser sem perder suas regalias. Até mesmo ao deixar claro quais "bichas" merecem a sua atenção e quais ele a nega. Butler (1993), fala sobre como o privilégio heterossexual estrutura a inteligibilidade dos corpos e dos desejos, e homossexualidade é vista como a anormalidade que desestrutura o sistema sexo-gênero. Rich (1980), afirma que a heterossexualidade é imposta porque é vista como o único caminho natural. Como também afirma Louro (2011):

> A concepção binária do sexo, tomada como um "dado" que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade. [...] postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, como o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades" (Louro, 2011, p. 84).

A reportagem usa de tom irônico e debochado como forma de distanciamento, e escolhe uma linguagem caricata para esvaziar o real impacto político. O foco a todo momento é o escândalo, a curiosidade, conteúdo político e social é deixado à margem. Miskolci (2015) observa que, a partir dos anos 1990, o Brasil passou a alinhar-se com os debates internacionais sobre diversidade, adotando esse termo e referências ao multiculturalismo em programas estatais. No entanto, ele critica o uso acrítico desses conceitos, que se espalharam inclusive nos movimentos sociais, sem discussão mais aprofundada sobre seus significados e implicações. Na reportagem seguinte, continua-se discutindo sobre as pautas políticas voltadas para a população LGBT+.

> A psicóloga Cleydie Cichovski, que é especializada em sexualidade humana, analisou a proposta do vereador André Dacier Lobato em instituir o "Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay" e concluiu: vai ser uma faca de dois gumes.
> Na visão de Cichovski, o primeiro lado afiado da faca vai resultar em festividades e atos festivos. "No dia da passeata, os gays serão ovacionados sem parar pela sociedade. Eles vão libertar a cidade de amarras barrocas. O número de participantes será tão grande e quem for às ruas comemorar o dia 26 de julho, vai ser mais ridicularizado do que admirado", prevê a psicóloga.
> O segundo gume é favorável. Cichovski diz do alto de sua experiência no assunto que a homossexualidade está ligada ao sofrimento e limitações com raízes em ensinamentos de ideologia cristã e capitalista. "Ninguém encoraja ninguém a ser homossexual", afirma. Diante desse fator, muitas pessoas vão passar a refletir e questionar a própria sexualidade todas as vezes que deparar com acontecimentos dessa natureza.
> Com a discussão íntima, segundo a psicóloga, as pessoas casadas que escondem a homossexualidade vão se perguntar se realmente vale a pena manter um casamento hétero que no fundo jamais deu certo. "Assim como é uma violência obrigar um hétero a ser homossexual, é um ato de extrema violência à sociedade, através de seu sistema de casamento, obrigar um homossexual a passar por hétero", conta.
> Cichovski sustenta que as dificuldades que o gay tem de assumir a homossexualidade passam por três etapas. A primeira é de assumir diante de si mesmo, depois de assumir para a família. A fase mais difícil é a terceira, onde o homossexual tem que se assumir no ambiente de trabalho. "Isso não quer dizer que a pessoa deva chegar na repartição e na hora do expediente gritar: 'Eu sou gay!'. As pessoas têm de politizar sua sexualidade", completa o articulador do núcleo de gays do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa), Francisco Rodrigues dos Santos (A Província do Pará, 1997, p. 11).

A reportagem intitulada "Sair do armário pode ser perigoso", traz à tona os conflitos e contradições sociais que marcaram a visibilidade da população LGBT+ no Pará, nos anos 1990. O jornal traz a fala da psicóloga Cleide, que diz que o "Dia do Orgulho e da Consciência Gay" pode ter tantos efeitos negativos quanto positivos. De um lado, haveria uma celebração pública, mas também a possibilidade de represálias das camadas conservadoras da sociedade. Isso nos mostra o clima hostil no tocante as sexualidades dissidentes que existia na época, onde a visibilidade desses corpos, ainda era recebida com preconceito e zombaria por parte da sociedade heteronormativa. A própria previsão de que os participantes seriam "mais ridicularizados do que admirados", fomenta um discurso que não critica suficientemente a norma social que provoca esse tipo de reação. Contudo, cabe ressaltar a fala de Cichovski que afirma que "ninguém encoraja ninguém a ser homossexual", e que obrigar um homossexual a viver como hétero é um ato de violência, aqui há um importante afastamento do discurso patologizante. A psicóloga fala sobre um processo de três etapas para que um indivíduo possa se assumir gay: primeiro a si mesmo, depois a família e ao trabalho. Esse "sair do armário", para Sedgwick (1990) é dotado de nuances, que moldam a vida e as dinâmicas de vigilância e de controle da população LGBT+.

> O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (Sedgwick, 1990, p. 22).

Ou seja, nem sempre estar no armário é uma escolha, mas muitas vezes uma imposição social, movida pelo medo de ser rejeitado pela família e pela sociedade. Ao final desse primeiro bloco da reportagem, a fala de Francisco (GAPA), sobre "politizar sua sexualidade", remete a fala de Gayle Rubin (2012), que aponta que a sexualidade, assim como outras dimensões do comportamento humano, possui estruturas internas de poder, desigualdades e opressões. Essas formas são historicamente construídas e atravessadas por disputas de interesse e estratégias políticas, tornando o sexo uma questão inevitavelmente política. No entanto, há momentos históricos em que essa politização da sexualidade se torna mais explícita e intensa.

> BOATES GAYS
> Analisando o comportamento dos homossexuais, Cichovski afirma que a maior parte dos homossexuais que conseguem superar as barreiras passa a frequentar boates gays e mistas. "Como a maioria dos amigos heteros se afasta para não ser confundida com gays, os homossexuais passam a cultivar amizades de mulheres e outros entendidos", diz a psicóloga.
> Segundo Cichovski, a questão de assumir uma condição gay passa também pelo ambiente de estudo, principalmente no terceiro grau. "Em cursos clássicos como Direito, Odontologia e Medicina é mais difícil ter um homossexual assumido, seja aluno ou professor. Já em cursos como Filosofia, Letras, Comunicação Social, Educação Artística, Psicologia e Arquitetura, é mais fácil ser aceito", teoriza.
> Outro aspecto positivo que a proposta do vereador Kaveira contém, segundo Cichovski, vem da passeata na Presidente Vargas. "O fato de muitos gays saírem na rua mostrando a cara, facilita que os não assumidos se revelem". "O ser humano age muito por intuição e seguindo exemplos. Aliás, os exemplos são as maiores forças educativas. Boa parte das ações humanas se dá por imitação e encorajamento" (A Província do Pará, 1997, p. 11).

Nesse outro trecho da reportagem, psicóloga citada, Cichovski, interpreta o comportamento dos homossexuais de forma reducionista, e a matéria não faz contraponto, o que aprofunda os problemas. Cichovski, afirma que os gays, ao perderem o vínculo com amigos heterossexuais, passam a frequentar boates gays e a se relacionar principalmente com mulheres e outros "entendidos". Macrae (2012), fala sobre a importância dos guetos, espaços de sociabilidade gay, onde as pressões eram afastadas.

> O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual, tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto (Macrae, 2012, p. 58).

A hierarquização acadêmica das identidades é algo enfatizado pela psicóloga, a fala sobre cursos universitários como "mais ou menos propícios" à aceitação de homossexuais reproduz uma divisão entre o "conservador" e o "liberal" que esconde o fato de que a homofobia está presente em todos os espaços, ainda que em graus e formas diferentes. Essa leitura cria uma categorização rasa que não considera as múltiplas formas de resistência dentro de cursos tradicionalmente conservadores. Um ponto positivo é a defesa da visibilidade como ferramenta de libertação. O reconhecimento de que a presença pública dos gays pode encorajar outros a saírem do armário é coerente sobre a necessidade de debates sobre políticas de visibilidade e representatividade. O que remete ao que é discutido por Stuart Hall (2006), que argumenta que as identidades são construídas historicamente por meio de práticas culturais e representações simbólicas, estando sempre em processo e nunca fixas ou naturais.

> Projeto não é de hoje
> O vereador petista Raul Meirelles disse que o projeto de Kaveira não é novidade na Câmara Municipal e que ele próprio já instituiu o "Dia Municipal Contra a Violência e a Discriminação Sexual", em 1992.
> Meirelles revela que recebeu orientação do diretório nacional do PT para apresentar o projeto, pois na época estavam ocorrendo muitos crimes contra homossexuais. "Na verdade, eu queria criar o 'Dia do Orgulho Gay', mas como o projeto dificilmente passaria na Câmara, que era muito conservadora, nós camuflamos o projeto justificando que a lei iria combater a violência", explica Meirelles.
> Kaveira afirma que seu projeto nada tem a ver com o do vereador do PT. "Antes de elaborar a lei, nós fizemos uma pesquisa no legislativo para não criar um projeto similar. O Raul quer ser o pai da criança", satiriza Kaveira.
> De fato, Raul Meirelles não está muito a par das causas gays e até confundiu-se quando foi perguntado da data que seu projeto instituiu como Dia dos Gays. "Foi o dia 29 de julho. Não, não, foi o dia 23", corrige-se. Na verdade, pela sua lei, que foi sancionada pelo ex-prefeito Augusto Rezende, a data é 28 de junho.
> Meirelles diz que há núcleos de gays no PT nacional e em vários Estados. No Pará, segundo ele, há muitos petistas homossexuais, "mas a gente só consegue identificar os assumidos. Os enrustidos são mais difíceis".
> Há seis anos, quando foi apresentado na Câmara, o projeto de Meirelles foi aprovado com facilidade. Anualmente era realizada uma sessão especial com participação de gays para debater o homossexualismo no plenário. "Mas teve uma sessão que só comparecemos eu e o vereador Arnaldo Jordy", lamenta Meirelles.
> O petista já adiantou que depois que ficar provado que a proposta de Kaveira nada tem a ver com o seu projeto, ele vota a favor. "Mas, o artigo que faculta o ponto do funcionário público

> municipal no dia em que acontecer a passeata vai ter que ser revisto. Não tem porque dar folga ao funcionário só por que ele é gay. E os que não são?", indaga Meirelles (A Província do Pará, 1997, p. 11).

A segunda parte da reportagem, mostra os bastidores políticos da implementação de leis ligadas à população LGBT+ e escancara os limites do apoio institucional, até mesmo de um partido dito progressista como o PT. O ato de Raul Meirelles precisar mudar o nome do projeto e tentar disfarçar sua real intenção, mostra o conservadorismo da Câmara e também a fragilidade de pautas LGBT+ dentro do legislativo, mesmo quando trazidas por partidos mais alinhados à esquerda. Bourdieu (1987), mostra como os capitais simbólicos e políticos são regulados pelas normas sociais. Nesse caso a proposta só é aceita se busca se adaptar ao "campo" e à sua lógica dominante, no caso, a moral conservadora.

O texto também evidencia a disputa de egos pelo protagonismo dos dois vereadores, o foco deixa de ser a população LGBT+ e vira uma questão de vaidade política. Meirelles se posiciona contra a concessão de folga para que esses funcionários públicos participem da passeata e diz: "e os que não são gays?". Essa fala ecoa uma falsa ideia de "igualdade" ignorando todo um contexto histórico de desigualdades vivenciadas pela população LGBT+, um argumento que desconsidera a necessidade de ações afirmativas. Isso é o que Richard Miskolci (2015) chama de apropriação política superficial da diversidade, onde muitas vezes ao incluir grupos subalternizados, não reconhecem plenamente suas demandas por transformação social e institucional, pois tolerar a diversidade é muito diferente de acolhê-la.

> Mais de 30% de gays no Brasil
> Uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, projetou que 33% da população brasileira é formada por homossexuais. Somando com os bissexuais, esse percentual pula para 49%. O relatório Shere Hite que realiza anualmente uma pesquisa sobre a sexualidade mundial, sustenta que 10% da população do planeta é gay.
> A psicóloga Cleide Cichovski diz que há personalidades que logo cedo já demonstram motivação e interesse por indivíduos do mesmo sexo. "Meninos tímidos e delicados, que gostam de brincar com bonecas; e os que usam as roupas da mãe têm tendências de se tornar na adolescência um homossexual" alerta Cichovski. Mas ela deixa claro que isso não é uma regra geral.
> Adolescentes que demoram a namorar, que choram com frequência, que não gostam de praticar esportes, que têm interesse por moda feminina, que imitam comportamento de mulher, também são fortes candidatos a virarem gay. "Mas é bom deixar claro que há exceções", frisa a psicóloga.
> Na verdade, nenhuma característica isolada determina a sexualidade do indivíduo. Cichovski aconselha aos pais que, assim que detectarem que o filho tenha tendência ao homossexualismo, procurem ajuda. "Não há nada de anormal, mas o homossexualismo é um desvio do padrão. A reprodução humana é instintiva e biológica para a preservação da espécie", teoriza.
> Cichovski diz que relações de penetrações entre irmãos e primos são frequentes no final da infância e no início da adolescência, o

> que também acabam causando um desvio na sexualidade. Filhos que têm pai agressivo e ditador dentro de casa acabam virando homossexual porque passam a não tê-lo mais como referência. “Esses meninos passam a ter na fragilidade da mãe a figura modelo”, finaliza (A Província do Pará, 1997, p. 11).

A terceira e última parte da reportagem, é também a mais problemática, por reforçar estereótipos e patologizar a homossexualidade, a partir de uma linguagem pseudocientífica. A matéria cita que 33% da população seria composta por homossexuais e que somando aos bissexuais chega-se a 49%. Os números não possuem base confiável, o objetivo é apenas gerar choque ou reforçar uma “ameaça moral”. A psicóloga afirma que meninos mais “sensíveis”, que choram, não praticam esportes ou gostam de moda feminina, têm mais tendência a se tornarem homossexuais. Isso revela a ideia equivocada de que a homossexualidade se revela por meio de comportamentos considerados normativamente “afeminados”. Butler (1993), fala como o gênero é uma construção social performativa, e que, portanto, não há relação causal entre traços de comportamento e sexualidade.

Cichovski afirma que a homossexualidade não é anormal, mas é um “desvio do padrão”. Ao mesmo tempo em que tenta suavizar o discurso, ela reforça uma lógica patologizante ao sugerir que os pais devem procurar ajuda como se a homossexualidade fosse um problema a ser combatido, e ao relacionar a orientação sexual a “causas” como trauma, ausência de figura paterna, ou abuso sexual entre primos/irmãos. De acordo com Carrara (2015), a medicina e os saberes biomédicos foram por muito tempo considerados os mais eruditos para “explicar” a sexualidade, onde a sexualidade era tratada sobretudo, do ponto de vista biomédico. Figari (2007) explica que, quando a homossexualidade era tratada como patologia, entendia-se que ela poderia ser curada com tratamentos específicos, por vezes psiquiátricos e terapêuticos, embora houvesse pouca clareza sobre quais terapias seriam eficazes. A maioria dos discursos da época, no entanto, concordava na importância de uma educação considerada viril e responsável desde a infância como forma de prevenção. De acordo com Fry (1961):

> São os médicos que vão reivindicar a sua autoridade de falar a verdade sobre a sexualidade e são eles os agentes da gradual transformação da homossexualidade de "crime", "sem-vergonhice" e "pecado" para "doença", ao longo dos anos que seguem. O crime merece punição, a doença exige a "cura" e a "correção" (Fry, 1985, p. 61).

A psicóloga afirma que relações sexuais entre irmãos e primos poderiam causar homossexualidade. Isso é perigoso e incorreto. Há uma diferença clara entre violência/abuso sexual e orientação sexual. Ao vincular ambos, ela não só erra conceitualmente, como reforça estigmas graves.

A reportagem começa tentando construir uma ideia de avanço, mas acaba indo no sentido oposto. Partindo de um fato político — a proposta do vereador André Dacier Lobato (Kaveira) de instituir o "Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay" em Belém — e se desdobra em uma série de falas de figuras públicas, principalmente da psicóloga Cleydie Cichovski e do vereador Raul Meirelles. Ao longo do texto, no entanto, a tentativa de abordar a homossexualidade de forma "aberta" se transforma num repositório de estereótipos, desinformações e disputas políticas. Onde as vozes de "especialistas" têm mais "credibilidade" do que as vozes de homens gays. São as falas deles presentes nos jornais, como se eles tivessem a devida "permissão".

O título "Sair do armário pode ser perigoso" é, em si, uma expressão que sintetiza o tom da reportagem. Mesmo quando há espaço para vozes LGBT+, ele vem mediado por discursos que reforçam o estigma, o deboche e a suspeita. A mídia, nesse caso, não está apenas repassando informações: ela está organizando o modo como a homossexualidade é percebida — como algo tolerado, mas nunca plenamente aceito. De acordo com Blume (2015), "A homossexualidade foi tratada como degeneração humana, anomalia, doença ou crime, e se constituiu no Brasil como um problema social a ser combatido." (BLUME, 2015:39). A reportagem é uma peça útil para entender os limites da visibilidade nos anos 1990 e como ela se dava sob vigilância, regulação e ridicularização. Como afirma Fausto (1997) "Se é verdade que todo discurso é susceptível de gerar vários efeitos, é igualmente verdade que todo discurso visa resultados, implantar pautas, comportamentos e verdades aos seus destinatários, ainda que a consumação dessas vontades seja outra história" (Fausto Neto, 1997, p. 97).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou através de uma análise dos discursos jornalísticos da grande mídia paraense A Província do Pará, Diário do Pará e O Liberal nos anos 1990, entender que embora tenha havido uma crescente visibilidade das homossexualidades nas páginas dos periódicos, essa exposição muitas vezes ocorreu através do estigma, do deboche e da espetacularização. Mesmo após o fim do período mais "turbulento" da epidemia, discursos como a patologização da homossexualidade através da fala de especialistas ainda são presentes, como no caso da psicóloga Cichovski, que ora defende a liberdade sexual, ora a considera como "desvio", e a associação da homossexualidade com a epidemia de AIDS desempenha uma espécie de "pânico moral", que segundo Miskolci (2007), é moral porque se teme uma suposta ameaça à ordem social e as concepções idealizadas por elas.

A abordagem superficial das políticas de diversidade contribuiu para a construção de representações que reforçavam preconceitos e limitavam a compreensão sobre as sexualidades dissidentes, onde especialistas e políticos tinham "autoridade" para falar na

imprensa sobre o assunto, enquanto a voz desses sujeitos quase nunca tem espaço, são sempre os outros que obtém esse lugar, omitindo as próprias perspectivas desses sujeitos.

A mídia participa ativamente da construção social, influenciando percepções. As reportagens analisadas nos mostram como os discursos midiáticos podem tanto perpetuar quanto desafiar normas sociais, dependendo de como escolhem enquadrar os temas abordados. Renato Ortiz (1988), fala como a imprensa desempenha um papel fundamental na consolidação de uma cultura popular e na propagação de valores. Segundo Nicolau (2021), o governo exerce uma rede de coerções que, fundamentada no biopoder, atua de maneira microscópica sobre o corpo social. Essa racionalidade transforma a população em alvo e instrumento de governança, emergindo do encontro entre técnicas de dominação sobre os outros e técnicas de si. Tais práticas de governamento penetram nos modos de subjetivação, utilizando saberes e dispositivos específicos, como o jornalismo, para influenciar condutas. Este artigo se concentrou através da análise dos discursos jornalísticos, entender o papel que a mídia desempenhou na construção e perpetuação de estereótipos ligados às sexualidades dissidentes.

REFERÊNCIAS

FONTES - PERIÓDICOS

AIDS: NÍVEL MÁXIMO DA EPIDEMIA. O Liberal. **Caderno cidades**, 21 mar. 1990, p. 10.

CÂMARA VAI DISCUTIR SOBRE CIDADANIA GAY. A Província do Pará. **Caderno cidades**, 15 nov. 1997, p. 6.

É DOENÇA ANTIGA. Diário do Pará. **Coluna Bernadino Santos**, 28 abr. 1990, p. 7.

PAPA INICIA SÉTIMA VIAGEM PELA ÁFRICA. Diário do Pará. **Internacional**, 06 abr. 1990, p. 8.

SAIR DO ARMÁRIO PODE SER PERIGOSO. A Província do Pará, **Caderno cidades**, 16 nov. 1997, p. 11.

SEXO SEGURO. Diário do Pará. **Política**, 13 jan. 1994, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. A. **O percurso da AIDS na mídia:** Análise da Cobertura da AIDS no Jornal "O Popular" de 1983 A 2007. (Monografia), Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Alana Albuquerque. **Sexualidades dissidentes em prosa**: as representações das homossexualidades masculinas e das travestis nos periódicos da década de 1970 em Belém/PA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, p. 164, 2022

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**: A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS**: a terceira epidemia: ensaios e tentativas. 2. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

DE LUCCA, T. R. (Org.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil**: recompondo um histórico. São Paulo, 2003.

FAUSTO, N. A. **Comunicação e mídia imprensa**: estudo sobre a Aids. São Paulo, hacker, 1999.

FIGARI, C. **@s "outr@s" cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

FRANCO, José Luiz Moraes. **Cores e dores do movimento LGBT de Belém do Pará**: trajetória, participação e luta. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: Identidade e Política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar: 1982.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

IRIGARAY, H. A. R.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. DE P.. Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 890–906, set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/j8fn6rx5PFp9yyMV5CmLkcr/?lang=pt. Acesso em: 02 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACRAE, Edward J. B. N. Em Defesa do Gueto. **Novos Estudos.** CEBRAP, São Paulo, v. 2, n.1, p. 53-60, 1982

MISKOLCI, Richard. O pânico moral e o controle social: reflexões sobre o caso da prostituição travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 377–389, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/W9LyVTVVLqBcMQjSv5s3RhM. Acesso em: 02 abr. 2025.

MISKOLCI, Richard. Diversidade ou diferença? Políticas contemporâneas de sexualidade. **Revista Cult**, São Paulo, n. 204, set. 2015. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/diversidade-ou-diferenca-2/. Acesso em: 02 abr. 2025.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. *In*: COLLING, Leandro (org.). Stonewall 40+ e os desafios da política sexual no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 150–176, jul./dez. 2011.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/D9cNxh8wRQJVDWqZLNzChnN. Acesso em: 02 abr. 2025.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. **Para além das plumas e paetês**: a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo**: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Tradução de Miriam Grossi. Florianópolis: UFSC, 2012.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *In*: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). **Adrienne Rich's Poetry and prose**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.

SANTOS, Paulo Henrique Souza dos. **As Construções Discursivas sobre a AIDS no Diário do Pará (1985-1996).** (Monografia), Universidade Federal do Pará, Pará, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Tradução de Ramon Vilhena. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

STERLING, Anne Fausto. Dualismos em Duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79, 2002.

Recebido em: 15/04/2025
Aceito em: 11/08/2025